



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010106-67.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - DIREITO CIVIL**
 Requerente: **Sidertec Estruturas Metálicas Ltda**
 Requerido: **TECHNIP BRASIL ENGENHARIA, INSTALAÇÕES E APOIO MARÍTIMO LTDA.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Sidertec Estruturas Metálicas Ltda. propôs a presente ação contra a ré Technip Brasil Engenharia, Instalações e Apoio Marítimo Ltda., requerendo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 141.595,51 (cento e quarenta e um mil quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e um centavos), originada pelo fornecimento de produtos à ré que culminaram com a emissão das notas fiscais de folhas 22/28, já descontado desse valor a multa contratual de 10%.

A ré, em contestação de folhas 45/59, requer a improcedência do pedido, tendo em vista que a retenção do valor reclamado pela autora foi absolutamente legítima, tendo em vista o contrato celebrado entre as partes.

A ré, em reconvenção de folhas 148/161, requer a condenação da reconvinada no pagamento da quantia de R\$ 303.074,28, relativo à multa que lhe é devida pelo descumprimento dos prazos estabelecidos no contrato celebrado entre as partes.

Réplica da autora à contestação às folhas 192/198.

Em contestação à reconvenção de folhas 199/207, a reconvinada requer a improcedência do pedido reconvenicional, pois a data para entrega das estruturas metálicas foi repactuada para o dia 28/02/2014, ocorrendo o atraso de uma mínima parte dos produtos, gerando a multa no valor de R\$ 17.734,12.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Réplica à contestação da reconvenção de folhas 210/213.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a dilação probatória, orientando-me pelos documentos carreados aos autos (CPC, artigo 396).

Pretende a autora seja a ré condenada no pagamento da quantia de 141.595,51, resultante da entrega dos produtos descritos nas notas fiscais de folhas 22/28, que não foram pagos pela ré.

Em que pese não haver assinatura do recebedor no campo destinado a esse fim, a ré não nega o recebimento dos produtos, levando à presunção de que, de fato, os produtos discriminados nas referidas notas fiscais foram efetivamente recebidos pela ré, o que confere um crédito à autora da ordem de R\$ 159.329,63 (cento e cinquenta e nove mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta e três centavos).

Todavia, também assiste razão à ré com relação à incidência de multa sobre o denominado “preço total do fornecimento”. Explico:

O contrato celebrado entre as partes, denominado de Autorização de Fornecimento Planejada (AFP) nº 357122, deve ser respeitado, nos termos do princípio *pacta sunt servanda* (**confira folhas 17/21**).

Em campo próprio da referida AFP, consta o seguinte: “*As condições de fornecimento indicadas nesta autorização são parte integrante dessa AF e regem a relação entre compradora e fornecedor. Favor citar no corpo da NF o número de nossa autorização de fornecimento. Qualquer NF sem este número será rejeitada. Todas as demais condições serão regidas pelos termos de “Condição Geral de Fornecimento – PTP*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

– 003-001” (**confira folhas 17**).

Na referida AFP nº 357122 consta a descrição dos produtos EQ04000129, constando como data de entrega **28-FEV-2014 (confira folhas 17)**. O preço total com impostos desses produtos é de R\$ 4.061.200,00, R\$ 11.050,00 e R\$ 101.430,00 (**confira folhas 17/18**).

A própria autora instruiu a inicial com o documento de folhas 38, por meio do qual ela demonstra que parte dos produtos foram entregues com atraso, considerando como data da entrega o dia 28/02/2014 (essa já prorrogada em relação à data inicialmente pactuada), o que totalizaria a multa de R\$ 17.734,12.

Todavia, no documento denominado “Condição Geral de Fornecimento” que se encontra colacionado às folhas 117/139, a cláusula “6.2.11.1.” estabelece que “*No caso do não cumprimento dos prazos (parciais ou final) fixados na AF, por motivo imputável ao Fornecedor, este estará sujeito ao pagamento de uma multa de 0,1% (um décimo por cento) do Preço total do fornecimento, limitada essa a 10% (dez por cento) daquele valor. Pelo mesmo motivo, a Technip se reserva o direito de exigir que o fornecimento seja entregue pelo meio de transporte mais rápido que estiver disponível, as exclusivas custas do Fornecedor.*” (**confira folhas 131**).

Também a cláusula 6.2.11.3. estabelece que “*fica assegurado à Technip, o direito de descontar das multas acima mencionadas, de qualquer valor devido ao Fornecedor, quer seja da correspondente AF ou de qualquer outra que o Fornecedor mantenha com a Technip, bem como notifica-lo para pagar diretamente a dita multa, dentro do prazo subsequente de quinze (15) dias*”.

Dessa maneira, a cláusula 6.2.11.1 estabelece que o atraso sujeita o Fornecedor ao pagamento da multa de até 10% do Preço Total do Fornecimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No caso, por fornecimento deve ser entendido o total de produtos discriminados na AF e não sobre os produtos entregues com atraso como pretende a autora.

Nesse passo, o entendimento da ré, de que a multa que lhe é devida pelo descumprimento do contrato por parte da autora é de R\$ 462.403,91 é o correto (**confira folhas 51, segundo parágrafo**).

Portanto, aplicando-se o instituto da compensação, a autora é devedora da multa no valor de R\$ 462.403,91 em favor da ré. Descontando-se desse valor a quantia de R\$ 159.329,63 (notas fiscais de folhas 22/28), chega-se ao valor que é devido à ré, a título de multa, de R\$ 303.074,28.

Diante do exposto acolho o pedido formulado na ação principal e acolho o pedido formulado em reconvenção, aplicando o instituto da compensação, declarando um saldo credor em favor da reconvinte de R\$ 303.074,28 (trezentos e três mil e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos), atualizada desde a data em que os produtos deveriam ter sido entregues, ou seja, 28/02/2014, acrescida de juros de mora desde a data da publicação para se manifestar sobre a reconvenção. Ante a sucumbência recíproca, cada parte arcará com as custas e despesas processuais desembolsadas e com os honorários de seus respectivos patronos.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 01 de julho de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**